



CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO GAMA

**ANEXO ÚNICO DO EDITAL N. 07– DIVULGA OS JULGAMENTOS DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR
DAS PROVAS OBJETIVAS REALIZADAS DIA 26.11.23 – TURNO MATUTINO**

ENSINO MÉDIO TÉCNICO	
PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA	
QUESTÃO(ÕES)	09
INSCRIÇÃO (ÕES)	385552
CARGO(S)	Técnico em Enfermagem
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para C
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>Segundo Othon Garcia, “[...] pode-se definir a metáfora como a figura de significação (tropo) que consiste em dizer que uma coisa (A) é outra (B), em virtude de qualquer semelhança percebida pelo espírito entre um traço característico de A e o atributo predominante, atributo por excelência, de B, feita a exclusão de outros, secundários por não convenientes à caracterização do termo próprio.” (Garcia, 2010) Até aqui – numa leitura menos atenta – pode-se até achar que basta a existência de uma comparação implícita, ou seja, sem o uso de termos comparativos ou de verbos (parecer, semelhar, etc) para se dar a existência de uma metáfora. Entretanto, a metáfora só acontece no plano estilístico semântico, no universo da linguagem figurada, não literal, o que significa dizer que os dois elementos comparados por analogia ou semelhança precisam estar, necessariamente, em planos distintos de linguagem: um em plano real (linguagem objetiva, literal, dicionarizada, não metafórica) e o outro no plano imaginário ou poético; exatamente como ocorre com os elementos “canção” e “lua cheia a nos nascer do coração; diferentemente de “Luiz” e “Januário”, que são ambos substantivos próprios que nomeiam seres reais no mesmo plano de linguagem denotativa, negando qualquer possibilidade de se constituir uma metáfora, pois não é uma relação de similitude ou analogia criada pela imaginação que percebe semelhança com o plano real. Mantém-se, portanto, o gabarito da questão.</p>	
PROVA DE MATEMÁTICA	
QUESTÃO(ÕES)	14
INSCRIÇÃO (ÕES)	407825
CARGO(S)	Técnico em Enfermagem
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>Se denotamos x e y as idades de Lara e dona Rita, respectivamente, pelos dados fornecidos pela questão obtemos o seguinte sistema de equações $\begin{cases} x/y = 2/5 \\ x + y = 105 \end{cases}$. Logo, $x = 30$ e $y = 75$. Portanto, há uma diferença de 45 anos entre Lara e dona Rita, como apresenta o gabarito oficial.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	16
INSCRIÇÃO (ÕES)	401921
CARGO(S)	Técnico em Enfermagem
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para A
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>De acordo, com a teoria de matemática financeira em relação ao rendimento a juros simples, obtemos</p> $M = J + C \Rightarrow 36 = (500 \cdot i \cdot 3) \Rightarrow i = 0,0024.$ <p>Isto é, uma taxa de 0,24% ao mês.</p>	
PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, GERAIS, LEGISLAÇÃO E INFORMÁTICA	
QUESTÃO(ÕES)	23
INSCRIÇÃO (ÕES)	392232
CARGO(S)	Técnico em Enfermagem
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO



A questão deixou claro que se trata de reações **GRAVES**, a opção D, assim como as demais opções, exceto a correta (letra C) são consideradas reações leves, conforme descrito no Assistência de Enfermagem no Diagnóstico por Imagem do Instituto Nacional de Câncer – INCA, página 7, disponível em:< Assistência de Enfermagem no Diagnóstico por Imagem>.

QUESTÃO(ÕES)	27
INSCRIÇÃO (ÕES)	397347/406694/400766/382258/382258/422732
CARGO(S)	Técnico em Enfermagem
REQUERIMENTO (S)	Anular/Alterar gabarito para B/
DECISÃO	INDEFERIDO

Inscrição 397347-A candidata alega que foi induzida a marcar a alternativa B por ser a menos correta. Primeiramente, cabe ao candidato a interpretação da questão. A candidata alega que foi induzida a erro, todavia nada requer. Assim, considerando que as alternativas A, B e D corretas e a alternativa C incorreta, fica mantido o gabarito. Inscrições 406694/400766/382258/382258- Alegam que a resposta INCORRETA é a alternativa B. No entanto, a alternativa “B” está de acordo com o estabelecido no artigo 6º do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e portanto está correta. A alternativa incorreta é “C”, visto que “comunicar ao COREN e aos órgãos competentes, fatos que infrinjam dispositivos legais e que possam prejudicar o exercício profissional” constitui-se uma responsabilidade e dever previsto no artigo 7º do código de ética e não um direito do profissional, conforme afirmado na alternativa “C”. **Inscrição 422732** - Conforme afirmado pela candidata a alternativa “D” é correta. Todavia, o enunciado da questão solicita a afirmativa incorreta, no presente caso, a alternativa “C”.

QUESTÃO(ÕES)	30
INSCRIÇÃO (ÕES)	406943/395212/387769/381778/405814/407825/386568/396289/385552/397347/407266/393957401921/385024/417132/384202/411088/388757/404555/407216/408805/412606/382878/397956/407023/399640/398014/398889/397771/402650/392232/395491/393081/383569/414902/403085/394036/422732/397353/418658/407459/399092
CARGO(S)	Técnico em Enfermagem
REQUERIMENTO (S)	Anular/Alterar gabarito para B
DECISÃO	DEFERIDO ALTERAR GABARITO PARA B

O § 2º do artigo 18 DO Regimento Jurídico de Novo Gama estabelece que *o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa*. Dessa forma, considerando que houve erro material na divulgação do gabarito, resolve a CECP e a Banca Examinadora alterar o gabarito para “B”.

QUESTÃO(ÕES)	32
INSCRIÇÃO (ÕES)	384032/407266/399092
CARGO(S)	Técnico em Enfermagem
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para A
DECISÃO	INDEFERIDO

Ao executar o comando CTRL+N no Microsoft Word referindo ao teclado ABNT2 adotado no Brasil, o software Microsoft Word aciona o comando de NEGRITO. A fonte citada corresponde o atalhos com layout de teclado dos EUA. As teclas para outros layouts podem não corresponder exatamente às teclas de um teclado dos EUA. Portanto a questão está correta. A referida fonte da questão encontra-se no <https://support.microsoft.com/pt-br/office/colocar-o-texto-em-negrito-7d24f3e1-74c1-47f2-88b0-2601779f7cb2#:~:text=Digite%20o%20atalho%20de%20teclado%3A%20Ctrl%2BN.>

QUESTÃO(ÕES)	33
INSCRIÇÃO (ÕES)	381778
CARGO(S)	Técnico em Enfermagem
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para A
DECISÃO	INDEFERIDO



A obra “Memórias Póstumas de Brás Cubas” confere ao seu narrador um caráter único na literatura realista brasileira pois ao se tratar de um morto relembando a sua própria vida, ele passeia deliberadamente pela espaço-tempo de suas memórias. Ao colocar como narrador-personagem e em primeira pessoa, Machado de Assis constrói propositalmente uma linguagem rica em duplos sentidos, ironias e metáforas como crítica social os folhetins massivamente divulgados na época. A construção linguística dessa obra não se configura como um “narrador não-confiável” uma vez que, diferentemente da obra “Dom Casmurro”, sua intencionalidade escrita não interfere na construção e compreensão do enredo ou na ambientação do suspense central da obra. Sendo assim, a alternativa C é a correta.

QUESTÃO(ÕES)	34
INSCRIÇÃO (ÕES)	385552
CARGO(S)	Técnico em Enfermagem
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

Conforme divulgado pelo site da Prefeitura do Município de Novo Gama, a iniciativa realizada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), é dito que teve como objetivo a construção de residências populares para os trabalhadores e que acarretou no surgimento do município. Segundo os dados oficiais, está explícito a construção destas e não o financiamento, como dito na alternativa A que se configura como errada.

ENSINO SUPERIOR

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO(ÕES)	01
INSCRIÇÃO (ÕES)	393654/390228
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

393654 - Nesse caso a crase é obrigatória, pois se trata de uma locução adverbial feminina. Segundo Bechara (2016), em seu Novo dicionário de dúvidas de língua portuguesa, “em locuções, a preposição a se junta ao artigo que precede substantivo feminino, núcleo da expressão”. Mantém-se, portanto, o gabarito inicial.

390228 -Na expressão “À primeira vista”, a crase é obrigatória, pois se trata de uma locução adverbial feminina. Segundo Bechara (2016), em seu Novo dicionário de dúvidas de língua portuguesa, “em locuções, a preposição a se junta ao artigo que precede substantivo feminino, núcleo da expressão”. Mantém-se, portanto, o gabarito inicial.

QUESTÃO(ÕES)	03
INSCRIÇÃO (ÕES)	412571
CARGO(S)	Médico Veterinário
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para B
DECISÃO	INDEFERIDO

O autor do texto reproduz *ipsis litteris* a fala do médico VivekMurthy, citado anteriormente, para isso, inclusive usou aspas, que é sinal gráfico, utilizado como um dos recursos para indicar o uso do discurso direto. Mantém-se, portanto, o gabarito inicial.

QUESTÃO(ÕES)	05
INSCRIÇÃO (ÕES)	411932
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

A expressão “Em maio de 2023”, para ser predicativo do objeto, precisaria que houvesse um objeto e a este fosse atribuída uma característica, entretanto a expressão em destaque está iniciando o texto e traduz uma circunstância de tempo, o que faz dela uma expressão cuja função sintática é adjunto adverbial de tempo; “um relatório” exerce a função de complemento da forma verbal divulgou. Para ser complemento nominal, o termo precisaria vir precedido



de preposição e ligar-se a um substantivo abstrato, adjetivo ou advérbio, completando-lhe o sentido. Mantém-se, portanto, o gabarito inicial.

QUESTÃO(ÕES)	06
INSCRIÇÃO (ÕES)	411932
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para A
DECISÃO	INDEFERIDO

A segunda oração do período complementa sintática e semanticamente a oração principal, o que configura o período como composto por subordinação, ou seja, apresenta orações sintaticamente dependentes, fato que não ocorre com orações coordenadas.

As conjunções concessivas são palavras ou expressões que ligam duas orações, indicando que uma delas apresenta uma situação que poderia impedir ou dificultar a realização da outra, mas que não o faz. Elas expressam uma ideia de ressalva, exceção ou limitação. Enquanto as concessivas apresentam uma situação que poderia impedir ou dificultar a realização de outra situação, mas não o faz, exatamente por se constituir como uma exceção, uma concessão permitida; as conjunções adversativas representam aquilo que é oposto, adverso, contraditório. Desse modo, mantém-se o gabarito inicial.

QUESTÃO(ÕES)	07
INSCRIÇÃO (ÕES)	402627/412978
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

A palavra bastante nesse contexto é advérbio e, segundo Bechara (2016), em seu *Novo dicionário de dúvidas de língua portuguesa*, “Como advérbio, bastante (= em quantidade, grau ou intensidade elevada) é invariável. É fácil observar que pode ser trocado por muito, que também é advérbio de intensidade e, portanto, invariável. Desse modo, mantém-se o gabarito inicial.

QUESTÃO(ÕES)	08
INSCRIÇÃO (ÕES)	382581/411932/412571
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I / Médico Veterinário
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para C / Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

O “me” é pronome pessoal oblíquo, jamais foi, é ou será preposição, pois tem a função clara e explícita de substituir o substantivo. A forma verbal “deixa” exige um complemento sem preposição, pois quem deixa, deixa alguém ou alguma coisa. Observe ainda que equivale a dizer deixa eu, também pronome pessoal de primeira pessoa, mas que não pode exercer a função de objeto, apenas de sujeito. Em síntese, me é objeto direto da forma verbal “deixa” (VTD) e “em mim” é objeto indireto da forma verbal “cola” (VTI). Mantém-se, portanto, o gabarito inicial.

QUESTÃO(ÕES)	09
INSCRIÇÃO (ÕES)	410070/407542/422480/403584/382819
CARGO(S)	Enfermeiro/ Fiscal de Obras e Posturas – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para C
DECISÃO	DEFERIDO GABARITO ALTERADO PARA “C”

A forma verbal “empresta” está no modo imperativo afirmativo, o que se configura como um caso de ênclise, de acordo com as regras da gramática normativa, conforme solicita o enunciado. Em razão disso, **muda-se o gabarito da questão 9 para a letra C.**



QUESTÃO(ÕES)	10
INSCRIÇÃO (ÕES)	382819/386428/388312/385083/405517/411932/412571/383098/395039/393570/408202/ 413939/ 386314/393082/390228
CARGO(S)	Assistente Social / Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I / Fiscal de Tributário– Nível I / Fiscal de Obras e Posturas – Nível I / fiscal de Transporte Público Nível I / Médico Veterinário / Psicólogo
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
Segundo Fernando Pestana em seu livro <i>A gramática para concursos públicos</i> , aliteração é a “repetição sistemática de uma determinada consoante” (Pestana, 2013, p. 117). No caso do exemplo da questão é a consoante “p”. Mantém-se, portanto, o gabarito inicial.	

PROVA DE MATEMÁTICA

QUESTÃO(ÕES)	11
INSCRIÇÃO (ÕES)	391196
CARGO(S)	Farmacêutico
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
Como a trajetória traçada pela bola se assemelha a uma parábola, para encontrar a altura máxima atingida pela bola devemos calcular o y do vértice, dado pela fórmula: $y_v = -\frac{\Delta}{4} \cdot a$. Assim, como $\Delta = 56,25$ e $a = -1$ temos que, a altura máxima é $14,06 m$. Além disso, para calcular a distância entre o jogador e o ponto onde a bola atinge o chão devemos encontrar a diferença entre os zeros da função, no qual, através da fórmula de Bhaskara encontramos $x_1 = 0$ e $x_2 = 7,5$. Logo, a distância entre o jogador ao ponto onde a bola atinge o solo é $7,5 m$. Portanto, alternativa A	

QUESTÃO(ÕES)	12
INSCRIÇÃO (ÕES)	422071/386314/393082/390228
CARGO(S)	Fiscal de Obras e Posturas – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
Sabemos que $1L$ possui $0,001 m^3$ logo, considerando o volume inicial $V_1 = 30L$ temos que $V_1 = 0,030 m^3$. Além disso, ao colocar a bola no recipiente, temos a nova altura $h = 0,4 m$ assim, calculando o novo volume do cilindro V_2 , através da fórmula, $V = \pi \cdot r^2 \cdot h$, temos $V_2 = 0,048 m^3$. Portanto, o volume da bola será encontrado através da diferença, $V_2 - V_1 = 0,018 m^3$.	
Através da fórmula da densidade apresentada no enunciado, e considerando a massa da bola igual a $18 kg$, chegamos ao resultado, $\rho = 1000 kg/m^3$, alternativa B.	

QUESTÃO(ÕES)	13
INSCRIÇÃO (ÕES)	393654/382489/390228
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I/Odontólogo / Fiscal Tributário – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
O assunto da questão está previsto no Conteúdo Programático, uma vez que se enquadra na categoria "Resolução de problemas matemáticos aplicados em diversas áreas do conhecimento", apresentada no edital. Resolução:	



Como os cavalos possuem 4 patas e ao todo temos 24 patas de cavalo, concluímos que no sítio existem 6 cavalos. Além disso, a quantidade de pés de galinhas mais a quantidade de patas de cavalo totalizam 32, logo, temos um total de 8 pés de galinhas, porém, como as galinhas possuem dois pés, concluímos que no sítio possuem 4 galinhas. Por fim, como a soma de galinhas, cavalos e cachorros totalizam em 22 animais, substituindo os valores encontrados, chegamos à conclusão de que existem 12 cachorros no sítio. Portanto, como galinha não se enquadra na categoria de mamíferos, temos que o total de animais mamíferos neste sítio é a soma da quantidade de cavalos e cachorros, resultando em 18 animais, alternativa D.

QUESTÃO(ÕES)	15
INSCRIÇÃO (ÕES)	398018
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para B
DECISÃO	INDEFERIDO

Justificativa do candidato não condiz com a questão, uma vez que apresenta informações que não estão presentes no enunciado da questão.

Resolução:

Considere o total de 100% dos alunos sendo 100 alunos. Dessa forma podemos verificar que 30 alunos gostam do estilo musical. Com as porcentagens dadas verificamos que 45 alunos são da 1ª Série e 20 são da 2ª Série, como a soma dos alunos é igual a 100, temos 35 alunos na 3ª Série. Calculando a quantidade de alunos da 1ª Série que gostam do estilo musical tem-se:

$$20\% \cdot 45 = \frac{20}{100} \cdot 45 = 9$$

Repetindo o raciocínio para calcular a quantidade de alunos da 2ª Série que não gostam

$$65\% \cdot 20 = \frac{65}{100} \cdot 20 = 13$$

Como na 2ª Série temos 20 alunos, 7 gostam do estilo musical. O total de alunos que gostam do estilo musical é 30, seja x a quantidade de alunos da 3ª Série que gostam, então $9 + 7 + x = 30$, assim $x = 14$. Então 14 alunos da 3ª Série gostam do estilo musical. Considere y a porcentagem dos alunos da 3ª Série que gostam do estilo musical, então $35 \cdot y = 14$, logo $y = 0,4$. Portanto, 40%, alternativa C.

**PROVA DE LEGISLAÇÃO, CONHECIMENTOS GERAIS E INFORMÁTICA
COMUM A TODOS OS CARGOS**

QUESTÃO(ÕES)	32
INSCRIÇÃO (ÕES)	420399
CARGO(S)	Psicólogo
REQUERIMENTO (S)	Sem argumentação lógica
DECISÃO	INDEFERIDO

A candidata afirma equivocadamente que a banca considerou a alternativa C como correta.

O gabarito preliminar da questão 32 indica a alternativa "A" como sendo a resposta correta. Sendo assim, considerando a falta de argumentação lógica, fica **INDEFERIDO** o presente recurso.

QUESTÃO(ÕES)	33
INSCRIÇÃO (ÕES)	413836
CARGO(S)	Fiscal de Meio Ambiente – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular



DECISÃO	INDEFERIDO
<p>Requer o candidato a anulação da questão, sob o argumento de possibilidade de interpretação da assertiva como uma condição adicional que pode se aplicar ao vereador mais votado, conforme permitido pelo texto da Lei Orgânica fornecido.</p> <p>Na verdade, o texto mencionado não permite interpretações diversas, uma vez que é taxativo. Apesar de a possibilidade existir, o comando da questão requer que o candidato identifique a resposta de acordo com o que determina a lei. Nesse sentido, a lei prevê que “<i>irá presidir a Sessão Solene o vereador mais votado</i>”. Ante ao exposto, a resposta D é incorreta, mantido o gabarito.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	34
INSCRIÇÃO (ÕES)	383225/422480/382078/382133
CARGO(S)	Fiscal de Meio Ambiente – Nível I /Enfermeiro/ Fiscal Tributário– Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular /Alterar Gabarito
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>O assunto está regularmente previsto no item 4 “ <i>Legislação Comum para todos os cargos de Ensino Superior</i>” do conteúdo programático, anexo II, do edital regulamento.</p> <p>Segundo o artigo 37 do Regime Jurídico de Novo Gama, constituem indenização aos servidores “diárias, transportes e ajuda de custo”. Portanto, mantido o gabarito.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	35
INSCRIÇÃO (ÕES)	383225/395768
CARGO(S)	Fiscal de Meio Ambiente – Nível I / Odontólogo
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>O assunto está regularmente previsto no item 4 “ <i>Legislação Comum para todos os cargos de Ensino Superior</i>” do conteúdo programático, anexo II, do edital regulamento.</p> <p>O item II encontra-se previsto no inciso 1 do artigo 60 do Regime Jurídico de Novo Gama. Portanto, mantido o gabarito.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	37
INSCRIÇÃO (ÕES)	390228
CARGO(S)	Fiscal Tributário– Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>O enunciado exige do candidato conhecimentos básicos do microsoftexcel sobre a fórmula hiperlink e a alternativa a, demonstra a função deste comando. A palavra vínculo é o mesmo que atalho, conexão ou ligação. O hiperlink pode ser utilizado no microsoftexcel em uma célula da planilha ou elemento do gráfico específico para vincular a um arquivo relacionado, página da web no excel, em disco rígido ou em um servidor de rede.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	38
INSCRIÇÃO (ÕES)	417960/89955/419837
CARGO(S)	Fiscal de Obras e Posturas– Nível I /Fiscal Tributário – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>Inscrição 417960- As políticas públicas realizadas pela Ditadura Militar, entre as décadas de 1960 e 1970 ficou conhecida como Milagre Econômico. Sua nomenclatura, contendo ou não a denominação “brasileiro”, se configura como correta e coerente ao período e políticas públicas abordado na questão de número 38 e não interfere na compreensão e interpretação pelo candidato.</p>	



Inscrição 89955 /419837- O que ficou conhecido como “Milagre Econômico”, entre as décadas de 1960 e 1970, se configurou como uma série de políticas econômicas com o intuito de se alcançar o crescimento econômico do país em um dado período de tempo. O termo, historicamente aplicado, se refere tanto para o espaço de tempo em que houve uma rápida ascensão econômica do país quanto para as políticas públicas aplicadas pela Ditadura Militar. Logo, o enunciado não interfere no entendimento dos candidatos e realização da questão 38.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO(ÕES)	16
INSCRIÇÃO (ÕES)	383017/383768/410066/386428/386419/411060
CARGO(S)	Assistente Social
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	DEFERIDO QUESTÃO ANULADA
Nenhuma das alternativas contempladas assertivas corretas.	

QUESTÃO(ÕES)	17
INSCRIÇÃO (ÕES)	383017/383768/410066/386428/386419/411060
CARGO(S)	Assistente Social
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

Os argumentos do requerente não são suficientes para contestar que as competências e atribuições do Assistente Social são as que constam nos itens I, II e III. Todas as atribuições exigem competências, isto é, capacidades e habilidades sem as quais a atribuição privativa fica comprometida. Por exemplo, a atribuição privativa de presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou de outras formas de seleção para Assistentes Sociais exige um preparo necessário que assegure ao profissional o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais, emocionais, entre outras específicas para atender a esta atribuição. A tentativa de imputar erros ortográfico à questão é improcedente e o recurso está indeferido. A questão deve ser mantida e seu gabarito oficial confirmado.

QUESTÃO(ÕES)	20
INSCRIÇÃO (ÕES)	411060
CARGO(S)	Assistente Social
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para A
DECISÃO	INDEFERIDO

As diferenças apontadas pelo requerente estão presentes na própria questão que não faz associação entre BPC e auxílio-inclusão. O escopo específico do enunciado da questão é: “Com a alteração, da Lei nº 8.742/1993 a pessoa com deficiência moderada ou grave, passa a ter um amparo de”. Daí que o Art. 26-A determina que “Art. 26-A. Terá direito à concessão do auxílio-inclusão de que trata o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a pessoa com deficiência moderada ou grave que, cumulativamente: **(Incluído pela Lei nº 14.176, de 2021)** I – receba o benefício de prestação continuada, de que trata o art. 20 desta Lei, e passe a exercer atividade: a) que tenha remuneração limitada a 2 (dois) salários-mínimos; e b) que enquadre o beneficiário como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social ou como filiado a regime próprio de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. II – tenha inscrição atualizada no CadÚnico no momento do requerimento do auxílio-inclusão; III – tenha inscrição regular no CPF; e IV – atenda aos critérios de manutenção do benefício de prestação continuada, incluídos os critérios relativos à renda familiar mensal per capita exigida para o acesso ao benefício, observado o disposto no § 4º deste artigo. § 1º O auxílio-inclusão poderá ainda ser concedido, nos termos do inciso I do caput deste artigo, mediante requerimento e sem retroatividade no pagamento, ao beneficiário: I – que tenha recebido o benefício de prestação continuada nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores ao exercício da atividade remunerada; e II – que tenha tido o benefício suspenso nos termos do art. 21-A desta Lei. § 2º O valor do auxílio-inclusão percebido por um membro da família não será considerado no cálculo da renda familiar mensal per capita de que trata o inciso IV do caput deste artigo, para fins de concessão e de manutenção de outro auxílio-inclusão no âmbito do mesmo grupo familiar. § 3º O valor do auxílio-inclusão e o da remuneração do beneficiário do auxílio-inclusão de que trata a alínea “a” do inciso I do caput deste artigo percebidos por um membro da família não serão considerados no cálculo da renda



familiar mensal per capita de que tratam os §§ 3º e 11-A do art. 20 desta Lei para fins de manutenção de benefício de prestação continuada concedido anteriormente a outra pessoa do mesmo grupo familiar. § 4º Para fins de cálculo da renda familiar per capita de que trata o inciso IV do caput deste artigo, serão desconsideradas: I – as remunerações obtidas pelo requerente em decorrência de exercício de atividade laboral, desde que o total recebido no mês seja igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos; e II – as rendas oriundas dos rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem”.

QUESTÃO(ÕES)	25
INSCRIÇÃO (ÕES)	386428
CARGO(S)	Assistente Social
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	DEFERIDO QUESTÃO ANULADA

A alternativa D está em concordância com o Art. 200, I, da CF de 1988, ainda que citado indiretamente, e por esta razão a questão deverá ser anulada, pois contempla duas alternativas corretas.

QUESTÃO(ÕES)	29
INSCRIÇÃO (ÕES)	386428
CARGO(S)	Assistente Social
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

O verbete igualdade não possui o mesmo sentido semântico e sintático de equidade. Ao contrário do que afirma o requerente não são tais verbetes sinônimos. A igualdade não impõe condicionantes para que se assegure a socialização de direitos a todas as pessoas. Em outro sentido se coloca a equidade que possui como fulcro o objetivo de conceder o que é preciso para que as pessoas atinjam a mesma condição em termos de oportunidades. A equidade constitui-se como uma forma de reparação, ajuste, atendimento de emergências em um sistema ou contexto que pode continuar não sendo igualitário. Como consta na definição elaborada pelo TJDF “Equidade significa dar às pessoas o que elas precisam para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades. Por exemplo, em um pronto-socorro, a vítima de acidente grave passa à frente de quem necessita de um atendimento menos urgente, mesmo que esta pessoa tenha chegado mais cedo ao hospital”. No que diz respeito à igualdade, esta mesma fonte explica: “A igualdade é baseada no princípio da universalidade, ou seja, que todos devem ser regidos pelas mesmas regras e devem ter os mesmos direitos e deveres”.

QUESTÃO(ÕES)	25
INSCRIÇÃO (ÕES)	393686/407542/398521/393610/404380/421779/398521
CARGO(S)	Enfermeiro
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

No edital regulamento (conteúdo programático), encontrava-se devidamente descrito, além de outros conteúdos, a INTRODUÇÃO A ENFERMAGEM, onde se abordam temas como fundamentos de enfermagem, que tem como base as Teorias de Enfermagem, inclusive conteúdo obrigatório nas ementas de todos os cursos de graduação de Enfermagem. Nesse sentido, o tema em questão obrigatoriamente é abordado em várias disciplinas durante a graduação, inclusive em fundamentos da Enfermagem, justamente para fundamentar a atividade diferenciada do Enfermeiro. Vale lembrar que alguns objetivos de fundamentos de enfermagem é refletir sobre aspectos gerais que envolvem as questões éticas relacionadas ao cuidado de Enfermagem, que tem como princípios as Teorias de Enfermagem. Dessa forma, é inviável pensar em um profissional Enfermeiro, para atuar em qualquer nível de atenção a saúde, que não possuam o conhecimento e domínio das Teorias de Enfermagem.

Inscrição 398521 -Prezado candidato, a Teoria do alcance de metas de Imogene M. King (1971): é composta por três sistemas inter-relacionados: o sistema pessoal, o sistema interpessoal e o sistema social, enfatizando a importância



da colaboração entre enfermeiro e paciente para alcançar metas de saúde e bem-estar. Enfatizamos que a base da tríade em questão, foi o pilar cardinal para a construção do conceito da teoria em questão, que como o próprio candidato citou, foi o apoio para que a mesma fosse conceituada.

Abaixo algumas referências mais atualizadas, do que a citada pelo candidato, com quase 20 anos de publicação.

<https://www.souenfermagem.com.br/fundamentos/principais-teorias-de-enfermagem/#:~:text=As%20teorias%20de%20enfermagem%20s%C3%A3o,inter%20drela%C3%A7%C3%B5es%20entre%20esses%20conceitos.>

Belchior, A. V. T., Evencio da Silva Witcel, K. R. ., Santos Patez, M. E. ., Gomes Toro, R. ., Macedo Johnsson Witt Silva, T., & Reco Cruz, J. . (2022). TEORIA DE ALCANCE DE METAS DE IMOGENE KING NO PROCESSO DE ENFERMAGEM. *Revista Científica Da Faculdade De Educação E Meio Ambiente*, 13(edespmulti). Recuperado de <https://revista.faema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/1035>

QUESTÃO(ÕES)	27
INSCRIÇÃO (ÕES)	398559/407542/393686/404221/395729/422480/393610/404380/421779
CARGO(S)	Enfermeiro
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
Inscrição 398559/393686- Além da referência possuir mais de 10 anos de publicação (2013), no quadro contido na página 23 (print) do referido documento, informa que a temperatura citada pelo candidato, possui variação de -25°C a - 15° C, essa temperatura é referente a congelamento, ou seja, a pergunta foi clara, trata-se de um questionamento acerca de NÃO PODER SER CONGELADA, se a VOP, possui a possibilidade de ser armazenada a temperaturas negativas, o que promove, fisicamente o congelamento da mesma, não há dúvidas de que essa questão não seria, de forma alguma a correta	
Inscrição 407542/404221/395729 – Além de não ter sido inserido o link das referências (ato indispensável para verificação na íntegra do documento citado nas contestações), o Manual de Rede de Frios, do Ministério da saúde, traz em sua página 23 (print), um quadro onde informa sobre as temperaturas as quais as vacinas são armazenadas, em sua página 23: “A Vacina da febre amarela, pode ser armazenada, tanto a -25°C a -15°C e +2°C a +8°C” (print) a primeira temperatura, fisicamente já propicia um congelamento, ou seja, a pergunta foi clara, trata-se de um questionamento acerca de NÃO PODER SER CONGELADA, se a febre amarela, possui a possibilidade de ser armazenada a temperaturas negativas, o que promove, fisicamente o congelamento da mesma, não há dúvidas de que essa opção, não seria, de forma alguma a correta.	

QUESTÃO(ÕES)	28
INSCRIÇÃO (ÕES)	384116/422781/404925
CARGO(S)	Enfermeiro
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
É importante compreender que existem o AIDPI neonatal e o AIDPI – sendo o primeiro focado em crianças de 0 a 2 meses e a gestante, e o segundo focado em crianças de 0 a 5 anos, veja:	
<p>O processo de manejo de casos da AIDPI NEONATAL apresenta-se em duas séries diferentes de Quadros de Procedimentos: uma para gestante e outro para crianças de 0 a 2 meses de idade.</p>	
Fonte: Manual AIDPI Neonatal Série A. Normas e Manuais Técnicos 5ª edição (2014), pág. 16	
Não obstante ao tema, apresentamos também o documento intitulado “Quadros de Procedimentos AIDIPI NEONATAL – 5ª edição, que em seu sumário enfatiza a faixa etária apresentada como alternativa correta na questão 28:	



AVALIAR E CLASSIFICAR A CRIANÇA DE 0 A 2 MESES DE IDADE

Determinar presença de doença grave ou infecção localizada	12
Em seguida, perguntar se a criança tem diarreia	13
Depois, avaliar problemas de nutrição ou de alimentação	14
Verificar o desenvolvimento da criança menor de 2 meses de idade	15
Verificar os antecedentes de vacinação	16
Alerta amarelo	16

TRATAR O MENOR DE 2 MESES DE IDADE E ACONSELHAR A MÃE OU O ACOMPANHANTE

Normas da estabilização antes e durante o transporte da criança	17
Dar a primeira dose de antibiótico por via parenteral	18
Dar antitérmico para febre alta	19
Como prevenir e tratar a hipoglicemia	19
Tratar convulsão	19
Cuidados rotineiros do recém-nascido	20
Plano A e Plano C para o tratamento da diarreia	21
Ensinar à mãe a tratar as infecções localizadas	22
Ensinar a posição e a pega corretas para amamentação	23
Ensinar à mãe medidas preventivas	23
Aconselhar a mãe quando deve retornar para consulta de seguimento	23
Métodos de seguimento e reavaliação do menor de 2 meses	24
Oferecer serviços de atenção e aconselhar a mãe sobre sua própria saúde	25

Fonte: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/maual_aidpi_neonatal_quadro_procedimentos.pdf

REFERÊNCIAS: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/maual_aidpi_neonatal_quadro_procedimentos.pdf

Manual AIDPI Neonatal Série A. Normas e Manuais Técnicos 5ª edição (2014), pág. 16

QUESTÃO(ÕES)	29
INSCRIÇÃO (ÕES)	401503
CARGO(S)	Enfermeiro
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

O enunciado deixa claro que existem *Teorias de Enfermagem que podem atender a demanda da clientela (pessoa, família ou coletividade) em cada nível de atenção*. Sendo assim, em nenhum momento a questão afirmou ser obrigatória essa prática, o que já descarta sua contestação embasada em Conselho Federal de Enfermagem. Entretanto, vale ressaltar que as Teorias de Enfermagem são fundamentais para a construção do Processo do cuidar, por meio da Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem devidamente validado pelo COFEN por meio da Resolução COFEN – 358/2009. Ao que tange, ainda, as Teorias de Enfermagem relacionadas ao cuidado de Enfermagem, também validadas, não só cientificamente mas também utilizadas por meio de Manuais dos Conselhos Regionais de Enfermagem, devidamente respaldadas pelo COFEN, uma vez que a seleção de uma Teoria de Enfermagem funciona como um alicerce estrutural para a implantação do Processo de Enfermagem. Alguns critérios devem ser observados na definição da Teoria de Enfermagem que irá fundamentar a prática assistencial em cada Serviço. Entretanto para tal, é de suma importância que o Profissional Enfermeiro domine o conceito e a contextualização das mesmas, o que alicerça o mesmo na compreensão da aplicabilidade, descartando qualquer possibilidade de dúvidas e em especial, longe de práticas empíricas. Deixamos claro ainda, que tal prática já é realizada e devidamente reconhecida pelo COREN BA, que em seu manual denominado: SAESISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM GUIA PARA A PRÁTICA (2016), deixa claro em como a utilização das Teorias de Enfermagem, subsidiam na construção de uma SAE mais segura e completa. Trazemos também a luz, para respaldo, a lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que salienta sobre a necessidade da formação de enfermeiros generalistas, humanistas, críticos e reflexivos, dinâmicos e ativos diante das demandas do mercado de trabalho, aptos a “aprender a aprender”, a assumir os direitos de liberdade e cidadania, compreendendo as tendências do mundo atual e as necessidades de desenvolvimento do país. Profissionais qualificados para o exercício da Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capazes de conhecer e intervir sobre os problemas e



situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes. Capacitados para atuar como promotores da saúde integral do ser humano, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania. Além disso, não devemos esquecer das competências requeridas para o trabalho dos profissionais enfermeiros, que indispensavelmente devem contemplar: atenção à saúde, comunicação, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente. Dentro desse contexto, considerando a Resolução COFEN 358/09, que considera a construção da SAE, sob três grandes pilares, a saber: métodos científicos, Resolução COFEN 543/20117 e instrumentos. No que tange ao primeiro pilar: métodos científicos, contemplamos as Teorias de Enfermagem e o Processo / consulta de enfermagem, o que respalda, indubitavelmente de que as Teorias de Enfermagem, só serão empíricas, caso o profissional enfermeiro, não domine seus conceitos e contextualização, o que denota uma lacuna, inestimável em um quesito de suma importância. Sendo assim, a questão apresentou-se clara e objetiva, considerando que as demais alternativas (A) Teoria do Alcance de Objetivos– O enfermeiro encontra-se em posição de avaliar o que as pessoas conhecem sobre sua saúde e a forma como elas agem para mantê-la. Através do processo de interação humana, equaciona seu conhecimento científico com o SELF do cliente (pessoa, família ou coletividade) para, através da comunicação, fixarem as metas e os meios para o alcance dos objetivos, portanto está relacionada a PREVENÇÃO – Atenção primária, a alternativa B Teoria do Vir-a-ser Humano - Os enfermeiros orientamos indivíduos e as famílias na escolha das possibilidades de mudança no processo de saúde. A prática enfoca o esclarecimento de significados e o enfermeiro age como guia para escolher as possibilidades nas experiências de saúde em mudança, ou seja nitidamente ligada também a PREVENÇÃO – Atenção primária, já a alternativa C Teoria da Adaptação, o Enfermeiro busca proporcionar o apoio e promover respostas adaptativas em relação aos 04 mecanismos de adaptação: Necessidades Fisiológicas; Auto Conceito; Função no Papel e Interdependência. As respostas adaptativas são aquelas que afetam positivamente a saúde, sendo essa, claramente ligada a REABILITAÇÃO – Atenção terciária, já a opção considerada correta, D Teoria do autocuidado, justifica a prática da Enfermagem a ausência de capacidade do indivíduo manter continuamente, quantidade e qualidade de autocuidar-se que sejam terapêuticas na manutenção da vida e da saúde, na recuperação da doença, dano ou na maneira de enfrentar seus efeitos. Para a criança, a condição é a incapacidade dos pais e/ou responsáveis. Ou seja, há uma doença, com a intervenção necessária no TRATAMENTO – Atenção secundária. Sendo assim, a questão, assim a resposta encontram-se corretas, uma vez que se domine os conceitos e contextualização das Teorias de Enfermagem.

REFERÊNCIAS

<https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/sistematizacao-assistencia-enfermagem-guia-pratico.pdf>

QUESTÃO(ÕES)	19
INSCRIÇÃO (ÕES)	396744
CARGO(S)	Engenheiro Ambiental
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para C
DECISÃO	DEFERIDO ALTERAR O GABARITO PARA C
Razão assiste ao recorrer ao afirmar que, no Brasil, o órgão responsável por aprovar o enquadramento é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) ou os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, conforme está expresso na letra C.	

QUESTÃO(ÕES)	19
INSCRIÇÃO (ÕES)	386344/415197
CARGO(S)	Farmacêutico
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para A /Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
De acordo com Marcelo P Bisson, in: Farmácia clínica & Atenção farmacêutica, 4ª. Ed, Manole. 2021, edição atualizada, o Ciclo da Atenção farmacêutica compreende as etapas sequenciais descritas na <u>alternativa D</u> da questão. Assim permanece o gabarito original.	



QUESTÃO(ÕES)	23
INSCRIÇÃO (ÕES)	386344
CARGO(S)	Farmacêutico
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>De acordo com Goodman e Gilman, in: As bases farmacológicas da terapêutica, 12ª Ed, 2012, Artmed, a Glicoproteína ácida alfa-1é a <u>principal</u> proteína plasmática carreadora de fármacos básicos, que conste não ser a única, mas conforme o enunciado pede, “a principal”. Assim permanece o gabarito original.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	28
INSCRIÇÃO (ÕES)	421387/421379/415197
CARGO(S)	Farmacêutico
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>Segundo Goodman e Gilman (Bases farmacológicas da terapêutica) o metotrexato por definição “é um antimetabólito análogo do ácido fólico que inibe competitivamente a diidrofolato redutase”. <u>Esse é seu mecanismo de ação por definição</u>. As consequências advindas de sua ação clássica não são por definição seu mecanismo de ação. Ainda segundo diversos trabalhos: “Seumecanismo de ação se baseia na inibição da di-hidrofolato redutase (DHFR), uma enzima chave no metabolismo do ácido fólico, atua inibindo competitivamente e reversivelmente essa enzima responsável pela redução do folato a tetraidrofolato, com a inibição ocorre acúmulo de diidrofolato e a depleção do tetraidrofolato, a forma ativa do ácido fólico, que atua como cofator da timidilatosintetase na transferência de carbonos”.</p> <p>Assim permanece o gabarito original.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	31
INSCRIÇÃO (ÕES)	421387/415197
CARGO(S)	Farmacêutico
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	DEFERIDO QUESTÃO ANULADA
<p>A questão será anulada em razão do erro material na identificação da correta identificação da “ RESOLUÇÃO Nº 724, DE 29 DE ABRIL DE 2022” que regula o Código de Ética dos Farmacêuticos.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	28
INSCRIÇÃO (ÕES)	410026
CARGO(S)	Fiscal do Meio Ambiente – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>A alternativa correta não pretere todo o território da Amazônia legal, tanto que nela se afirma que “o escopo territorial que integra a Amazônia Legal compreende, entre outras localidades [...]. Deste modo o pleito de anulação é improcedente. O gabarito deve ser mantido.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	30
INSCRIÇÃO (ÕES)	387563
CARGO(S)	Fiscal do Meio Ambiente – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>A Lei n. 10.308, de 20 de novembro de 2001 trata dispõe “sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências”. Ela não tem a função de legislar especificamente sobre a tecnologia</p>	



mais adequada para o tratamento de resíduos sólidos perigosos, como produtos químicos tóxicos e resíduos radioativos provenientes de resíduos hospitalares e dos resíduos industriais de grande periculosidade, como os defensivos agrícolas, na forma como requer o enunciado da questão. Desde modo o recurso requerendo a anulação não prospera. **A questão deve ser mantida e seu gabarito original confirmando.**

QUESTÃO(ÕES)	21
INSCRIÇÃO (ÕES)	417960/422071/395039/393570/417960
CARGO(S)	Fiscal de Obras e Posturas – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	DEFERIDO QUESTÃO ANULADA

De início, ressalto que o inconformismo do candidato merece prosperar, já que, conforme enunciado da questão, trata-se da necessidade de identificação de qual hipótese se refere à **Unidade de Conservação Ambiental de Manejo Sustentável**. Nesse norte, de acordo com o art. 35 da Lei 632/2006 do Município de Novo Gama, **são unidades de Conservação de Proteção**: I - estação ecológica; II - reserva biológica; III - parque nacional; **IV - monumento natural**; V - refúgio de vida silvestre. Desse modo, imperioso destacar o disposto no art. 34 da Lei 632/2006 do Município de Novo Gama, *in verbis*:

“As Unidades de Conservação a serem criadas por ato do Poder Público Municipal **deverão se enquadrar nos dois grupos definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**:

I - Unidades de Proteção Integral: consiste em preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais;

II - Unidades de Uso Sustentável: consiste em compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

Destarte, considerando-se que todas as alternativas estão corretas, o provimento do recurso e conseqüente anulação da questão é medida que se impõe..

QUESTÃO(ÕES)	417960/382819
INSCRIÇÃO (ÕES)	30
CARGO(S)	Fiscal de Obras e Posturas – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

A questão aborda as exigências estabelecidas na Lei do Uso de Solo que trata do *uso e da ocupação do solo*. De acordo com o artigo 8º da Lei, as exigências urbanísticas que devem ser respeitadas para quaisquer atividades são as seguintes: (I) respeito aos índices urbanísticos, estabelecidos nesta Lei; (II) capacidade do sistema viário; (III) previsão para áreas de estacionamento proporcional à demanda gerada pela atividade a ser instalada.

Ressalta-se que a questão não aborda as regras de acessibilidade previstos na lei 10098\2000, tampouco as exigências da NBR -9050/2020 que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. Como visto, as condições de acessibilidade são objeto de aprovação e fiscalização pela secretária de obras e planejamento para aprovação do projeto, enquanto a liberação do uso do solo normatiza as construções no sentido de definir o que pode ou não ser feito em cada terreno particular. Ante ao exposto, fica mantido o gabarito..

QUESTÃO(ÕES)	25
INSCRIÇÃO (ÕES)	415657
CARGO(S)	Fiscal de Transporte Público – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

A recorrente afirma que a questão solicita a forma correta do uso do cinto de segurança, cita artigos do Código de Trânsito que regulamentam o uso do cinto, informa algumas resoluções do CONTRAN e afirma que a lei e as resoluções apresentam apenas a obrigatoriedade do cinto no veículo e do seu uso. Aduz que não há previsão do



assunto no conteúdo programático e solicita a anulação da questão.

A presente questão aborda assunto sobre o uso correto do cinto de segurança relacionado a “Direção Defensiva” previsto no tópico nº 7 do conteúdo programático. Portanto o assunto abordado está previsto no conteúdo programático e deve ser mantido o gabarito.

QUESTÃO(ÕES)	29
INSCRIÇÃO (ÕES)	411208
CARGO(S)	Fiscal de Transporte Público – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

Conforme argumenta o candidato, compete a Polícia Rodoviária Federal no âmbito das estradas federais coletar os dados estatísticos (...).

O que se mostra correto, pois se trata de rodovia federal, todavia, o enunciado da questão refere-se à competência municipal. Ante ao exposto, fica mantido o gabarito.

QUESTÃO(ÕES)	16
INSCRIÇÃO (ÕES)	388312/408847/393770/383385/386314/382798
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

A questão é clara ao especificar que o candidato deve marcar a alternativa que indica quais serviços são submetidos ao controle e fiscalização sanitária.

Desse modo, conforme estipula o artigo 8º, § 2º, da Lei nº. 9.782/99:

§ 2º Consideram-se **serviços** submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência, aqueles voltados para a atenção ambulatorial, seja de rotina ou de emergência, os realizados em regime de internação, os serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, bem como aqueles que impliquem a incorporação de novas tecnologias.

Por sua vez, o mesmo artigo 8º, § 1º, estipula que:

“Consideram-se **bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:**

I - medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias;

II - alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários;

III - cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes;

IV - saneantes destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação em ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos;

V - conjuntos, reagentes e insumos destinados a diagnóstico;

VI - equipamentos e materiais médico-hospitalares, odontológicos e hemoterápicos e de diagnóstico laboratorial e por imagem;

VII - imunobiológicos e suas substâncias ativas, sangue e hemoderivados;

VIII - órgãos, tecidos humanos e veterinários para uso em transplantes ou reconstituições;

IX - radioisótopos para uso diagnóstico *in vivo* e radiofármacos e produtos radioativos utilizados em diagnóstico e terapia;

X - cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco;

Portanto, não há falar em anulação da questão, já que elaborada de acordo com o edital e legislação pertinente ao tema.

QUESTÃO(ÕES)	19
INSCRIÇÃO (ÕES)	385623
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO



De início, impõe assinalar que o artigo 33 da Lei Municipal nº. 1.697/2018 é claro ao estabelecer **QUE COMPETE AO TRABALHADOR SEGUIR CORRETAMENTE AS ORIENTAÇÕES RECEBIDAS EM TREINAMENTO QUANTO AO USO ADEQUADO, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO PERIÓDICA, ARMAZENAMENTO EM LOCAL ADEQUADO E SUBSTITUIÇÃO QUANDO APRESENTAR DESGASTE OU DANO; AGRADEÇO SUA ATENÇÃO.**

Da mesma forma, a NR nº. 06 que estabelece os requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, no item 6.6, estipula que:

6.6 Responsabilidades do trabalhador

6.6.1 Cabe ao trabalhador, quanto ao EPI:

a) usar o fornecido pela organização, observado o disposto no item 6.5.2;

b) utilizar apenas para a finalidade a que se destina;

c) responsabilizar-se pela limpeza, guarda e conservação;

d) comunicar à organização quando extraviado, danificado ou qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e

e) cumprir as determinações da organização sobre o uso adequado.

Por outro norte, o item 6.6.1 estipula que:

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:

a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;

b) exigir seu uso;

c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;

d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;

Dessa forma, imperioso reconhecer que as alegações trazidas pelo recorrente não merecem prosperar, já que, conforme visto, tanto a Norma Regulamentadora nº 06, de caráter nacional, quanto a Lei 1.697/2018, do Município de Novo Gama, são claras ao estabelecerem que incumbe ao empregador “**orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação**”, ficando a guarda e conservação do EPI a cargo do trabalhador.

QUESTÃO(ÕES)	21
INSCRIÇÃO (ÕES)	401122/385623/398205/408202
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	DEFERIDO QUESTÃO ANULADA

Considerando-se que a questão possui duas alternativas corretas, quais sejam A e D, vez que ambas estão de acordo com os arts. 101 e 190, § 1º, da Lei Complementar nº. 632/2006 que institui o Código de Meio Ambiente do Município de Novo Gama, o conhecimento e provimento do recurso, para anular a questão é medida que se impõe.

QUESTÃO(ÕES)	22
INSCRIÇÃO (ÕES)	382798
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

O recorrente alega que a questão nº. 22 do concurso para o cargo de Fiscal de vigilância Sanitária do Município de Novo Gama deve ser anulada, sob o fundamento de que o edital de abertura do certame não especificou que seria cobrado conhecimento acerca da Lei 633/06, ocorre que o referido edital dispôs expressamente, no conteúdo programático, sobre os **Sistemas de disposição e de tratamento de lixo, impactos ambientais e, destino de resíduos sólidos.**

Desse modo, verificado que a questão exige que o candidato tenha conhecimentos mínimos acerca do conteúdo programático mencionado, não há falar em ilegalidade ou irregularidade capazes de ensejar sua anulação, já que, tratando de matéria contemplada no edital, perfeitamente adequada a menção à legislação do município para o qual o candidato pretende aprovação no concurso público.



QUESTÃO(ÕES)	28
INSCRIÇÃO (ÕES)	417913/412959/386314
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>Alegam os recorrentes em suma que o Código de Vigilância Sanitária disponível no site do concurso encontra-se incompleto, razão pela qual, entendem que a banca não pode exigir conhecimento do artigo 484 do referido código. Alegam também, que o assunto da questão não é tratado no código.</p> <p>De início é relevante informar que está previsto no conteúdo programático para o cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária o seguinte:</p> <p><i>“Legislação municipal disponível em: https://acessoainformacao.novoqama.go.gov.br/legislacao/leis.” Ou seja, as legislações municipais estavam disponíveis para acesso dos candidatos no local indicado acima.</i></p> <p>Quanto ao assunto abordado na questão, ressaltamos que o mesmo refere-se a “lavratura de auto de infração” assunto de grande relevância e que deve ser amplamente conhecido pelo candidato ao cargo de fiscal de vigilância sanitária, visto que fará parte de suas atribuições diárias. Nesse sentido, é inconcebível as alegações de desconhecimento da lei, dos artigos e de assuntos relacionados ao código de vigilância sanitária, uma vez que as regras previstas nele deverão ser utilizadas em cumprimento à atividade do cargo.</p> <p>Portanto, verifica-se que os recorrentes não obtiveram as informações e acesso ao material para estudo porque foram omissos e indiligentes, pois detinham de total acesso as legislações e conteúdos para estudo. Ante ao exposto, fica mantido o gabarito.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	29
INSCRIÇÃO (ÕES)	408202/386314
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	DEFERIDO QUESTÃO ANULADA
<p>Considerando que no enunciado não é mencionado que a notificação refere-se as infrações previstas no Código de Vigilância Sanitária, é forçoso que a questão seja ANULADA, visto que causa incertezas ao candidato na resposta correta.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	31
INSCRIÇÃO (ÕES)	389390/384096/387653/408202
CARGO(S)	Fiscal de Vigilância Sanitária – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	DEFERIDO QUESTÃO ANULADA
<p>Embora sabendo que as “DTAs” doenças transmitidas por alimentos são enfermidades que possuem como modo de transmissão a ingestão de um alimento contaminado por determinado agente etiológico ou toxina. Sabendo ainda que, dentre as alternativas, a única que não é transmitida por alimentos contaminados é a difteria. A questão deve ser anulada, pois de fato, salmonela não é uma doença.</p> <p>Portanto, considerando que a alternativa C não apresenta uma doença, conforme mencionado no comando da questão, a mesma deve ser anulada.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	20
INSCRIÇÃO (ÕES)	383004
CARGO(S)	Fiscal Tributário – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>O candidato insurge-se contra os termos dos enunciados da questão nº. 20 do concurso para o cargo de fiscal tributário do Município de Novo Gama, ressaltando que se tratam de disposições genéricas que dão ensejo à</p>	



interpretação ambígua. Acrescenta que existem hipóteses na Constituição Federal que concedem a possibilidade de não incidência de taxas para propositura de ações ou solicitação de registros e certidões por aqueles reconhecidamente pobres, bem como que o artigo 195, § 7º da CF/88 traz a imunidade das entidades beneficentes de assistência social em relação às contribuições para a seguridade social.

Pois bem. Nota-se, do inconformismo do candidato, que há uma confusão entre imunidade, isenção e não incidência tributária.

A propósito, o § 7º do art. 195 da Constituição Federal trata da isenção de contribuição para a seguridade social para as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei. (Portanto, não é imunidade).

Por outro norte, a não incidência é compreendida dentre os fatos que não constam na lei para dar nascimento à obrigação tributária, porque o ente legitimado para instituir o tributo não o fez. No caso citado pelo candidato, no sentido de que o “artigo 5º, XXXIV, ‘a’ e ‘b’, LXXIII, LXXIV, LXXVI e LXXVII da Constituição Federal” estabelece a não incidência de taxas para propositura de ações ou solicitação de registros e certidões por aqueles reconhecidamente pobres, imperioso ressaltar que a Carta Magna está proibindo que os casos elencados possam ser considerados como fatos geradores de tributos.

Por fim, no tocante à questão em comento, mister assinalar que o recurso não merece prosperar, já que o enunciado é claro ao estabelecer que as alternativas devem ser analisadas de acordo com o art. 150, inciso VI, da CF, o qual traz especificamente a isenção referente aos impostos sobre: patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou litero-musicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

QUESTÃO(ÕES)	24
INSCRIÇÃO (ÕES)	386422/382133
CARGO(S)	Fiscal Tributário – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

As recorrentes alegam que as questões “B e D” tem o mesmo texto e requer a anulação.

Não há fundamentação lógica que justifique a anulação da questão, tendo em vista que a resposta correta é a alternativa “A”. Além disso, o fato das alternativas B e D serem idênticas não causou prejuízo na análise e resposta da questão. Ao contrário, pois uma das alternativas não necessitou de exame.

QUESTÃO(ÕES)	30
INSCRIÇÃO (ÕES)	401550/395054/419837/384448
CARGO(S)	Fiscal Tributário – Nível I
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

Alegam os candidatos, em suma, que a Lei Complementar 643/2006 não se encontra expressamente prevista no conteúdo programático, razão pela qual requerem a anulação da questão nº 30 da disciplina de conhecimentos específicos.

Todavia, de acordo com o tópico nº 9 do conteúdo programático, os candidatos deveriam demonstrar conhecimentos sobre os seguintes assuntos “Espécies de tributos municipais – IPTU, ISS, ITBI, **TAXAS** E CONTRIBUIÇÕES DE



MELHORIAS” , ainda sobre as regras previstas no edital regulamento, no final do tópico nº 11 consta a seguinte informação “ *Legislação municipal disponível em: <https://acessoainformacao.novogama.go.gov.br/legislacao/leis>.”* Portanto, o assunto e a lei abordada estão regularmente previstos no conteúdo programático do edital regulamento para o cargo de Fiscal Tributário, cabendo aos candidatos buscarem as informações e conhecimentos sobre os assuntos relacionados ao item nº 9. Ressalta-se, inclusive, que em simples consulta por “taxa” no link mencionado acima, os candidatos obteriam referências acerca das taxas regulamentadas por lei ou por decreto pelo município de Novo Gama.

Ante ao exposto, considerando que a **taxa** de limpeza pública é uma espécie de tributo municipal, considerando ainda, que há previsão no tópico 9 relacionado ao assunto, fica mantido o gabarito.

QUESTÃO(ÕES)	18
INSCRIÇÃO (ÕES)	420597
CARGO(S)	Fisioterapeuta
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

O conceito explicitado na frase, de acordo com uma das principais referências em hidroterapia, se refere aos Anéis de Bad Ragaz. Numa prova de múltipla escolha que traz uma afirmação e alternativas o comando é a própria resposta. Ao colocar na frase ... apresenta um método... Fica claro que só poderia ter uma ação que seria escolher o método.

QUESTÃO(ÕES)	31
INSCRIÇÃO (ÕES)	382124
CARGO(S)	Fisioterapeuta
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

A serotonina e melatonina são correlatos metabólicos e estão ligados ao sono. Onde há cortisol e adrenalina há um sinal de aumento metabólico e mecanismos simpático de luta e fuga, portanto, aumento do nível de atenção e alerta! Os argumentos que todos estão relacionados ao sono seja fisiológico ou patológico é por conta da interpretação do candidato. A questão foca na palavra sono e não da margem para tanto alarguemento semântico. Sugiro indeferimento do recurso.

QUESTÃO(ÕES)	16
INSCRIÇÃO (ÕES)	413876/412571
CARGO(S)	Médico Veterinário
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

A serotonina e melatonina são correlatos metabólicos e estão ligados ao sono. Onde há cortisol e adrenalina há um sinal de aumento metabólico e mecanismos simpático de luta e fuga, portanto, aumento do nível de atenção e alerta! Os argumentos que todos estão relacionados ao sono seja fisiológico ou patológico é por conta da interpretação do candidato. A questão foca na palavra sono e não da margem para tanto alarguemento semântico. Ademais, a pergunta não foi direcionada atribuindo exclusividade sobre notificação das doenças listadas na IN nº 50/2013 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

QUESTÃO(ÕES)	19
INSCRIÇÃO (ÕES)	413876/412571
CARGO(S)	Médico Veterinário
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para D
DECISÃO	INDEFERIDO

As definições de risco sanitário e processos envolvidos na gestão de riscos e suas aplicações constam na norma ABNT



NBR ISO 3100 (2009) a respeito do item **“Gestão de riscos — Princípios e diretrizes”**, em que são categorizadas:

I. Identificação dos riscos (item 2.15): *“processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos” ... “A identificação de riscos envolve a identificação das fontes de risco (item 2.16), eventos (item 2.17), suas causas e suas consequências (item 2.18) potenciais”*, afirmativa que corresponde à resposta correta.

II. Análise de risco (item 2.21): *“processo de compreender a natureza do risco (item 2.1) e determinar o nível de risco (item 2.23)” ... “A análise de riscos fornece a base para a avaliação de riscos (item 2.24) e para as decisões sobre o tratamento de riscos (item 2.25)”*, ou seja, não é possível comparar resultados se estes ainda não foram obtidos, em vista de ainda não terem sido tomadas as decisões sobre o tratamento de riscos.

III. Monitoramento de risco (item 2.28): *“verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação, executadas de forma contínua, a fim de identificar mudanças no nível de desempenho requerido ou esperado” ... “O monitoramento pode ser aplicado à estrutura da gestão de riscos (item 2.3), ao processo de gestão de riscos (item 2.8), ao risco (item 2.1) ou ao controle (item 2.26)”*, ou seja, monitorar significa mensurar o desempenho da gestão de riscos utilizando indicadores que deverão ser analisados periodicamente, afim de garantir sua adequação à situação de risco e não estabelecer as medidas de controle propriamente ditas.

IV. Comunicação dos riscos (item 4.3.6): *“convém que estes mecanismos incluam processos para consolidar a informação sobre os riscos, conforme apropriado, a partir de uma variedade de fontes, levando em consideração sua sensibilidade.”*. A definição contida na afirmativa IV corresponde à etapa de monitoramento de riscos e não do processo de comunicação, como é possível verificar.

Fonte: ABNT. Gestão de Riscos – Princípios e diretrizes. NBR ISO 31000. Associação Brasileira de Normas Técnicas. 2009.

QUESTÃO(ÕES)	21
INSCRIÇÃO (ÕES)	392967
CARGO(S)	Médico Veterinário
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>Improcedente, visto que segundo as Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue (2009) estabelecidas pelo Ministério da Saúde, onde se lê no item 5.3 Controle vetorial, mais especificamente na página 53: <i>“No âmbito do setor saúde, é necessário buscar a articulação sistemática da vigilância epidemiológica e entomológica com a atenção básica, integrando suas atividades de maneira a potencializar o trabalho e evitar a duplicidade das ações, considerando especialmente o trabalho desenvolvido pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelos Agentes de Controle de Endemias (ACE). Na divisão do trabalho entre os diferentes agentes, o gestor local deve definir claramente o papel e a responsabilidade de cada um e, de acordo com a realidade local, estabelecer os fluxos de trabalho. O ACS pode e deve vistoriar sistematicamente os domicílios e peridomicílios para controle da dengue e, caso identifique criadouros de difícil acesso, ou se necessite da utilização de larvicida, deve acionar um ACE de sua referência”</i>, justificando que a atuação do Agente de Controle de Endemias (ACE) será acionado pelo Agente Comunitário de Saúde (ACS) quando julgar procedente, visto que este último ao realizar visita domiciliar e peridomiciliar identificou um problema.</p> <p>Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 160 p. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_prevencao_controle_dengue.pdf. Acesso: 06/12/2023.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	412571
INSCRIÇÃO (ÕES)	22
CARGO(S)	Médico Veterinário
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>Improcedente, sendo justificada por itens contidos no Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses do</p>	



Ministério da Saúde a seguir nas alternativas a, b e d.

a) O objetivo do controle químico de carrapatos não é a erradicação do parasito, conforme pode ser esclarecido no **item 4.3.3.2 Controle vetorial**, mais especificamente na **página 80**, onde se lê: *“O objetivo do controle da população de carrapatos é manter a níveis mínimos de infestação, e não executar sua erradicação, já que as fases de vida livre do carrapato são mantidas conforme condições de vegetação favoráveis, não permitindo sua eliminação”*, certificando que esta alternativa é falsa.

b) Embora a capivara seja o principal hospedeiro amplificador da febre maculosa brasileira, é imprescindível a presença do carrapato vetor (gênero *Amblyomma*) infectado por *Rickettsia rickettsii* para a transmissão, seja para o hospedeiro amplificador, animais domésticos ou humanos. Justificado novamente no mesmo item da alternativa anterior, no texto onde se lê: *“Perante avaliação prévia da área potencial ou infestada por carrapatos, é recomendado manter a vegetação rasteira, objetivando eliminar, quando possível, ou diminuir o abrigo para os carrapatos. Destaca-se que essa atividade não é indicada para áreas de preservação ambiental, devendo esse procedimento estar em consonância com a legislação ambiental”*, visto que sem a presença do carrapato infectado, não há perpetuação da transmissão.

c) O manejo das capivaras não interrompe imediatamente a transmissão da febre maculosa, mesmo em situações emergenciais e o manejo inadequado desses animais pode ainda aumentar o risco da ocorrência da doença. Conforme consta no **Ofício Conjunto Circular Nº 3/2019/SVS/MS**, não é recomendado o manejo imediato das capivaras sem estudo prévio, seja por abate assistido, remoção parcial ou total, ou manejo reprodutivo.

d) Alternativa correta, que consta no mesmo item citado nas alternativas a e b, onde se lê: *“O manejo do ambiente e o uso de produtos químicos para o controle das populações de carrapatos em suas fases de vida livre podem ser realizados quando diante de notificação da circulação de febre maculosa, em área com alta população de carrapatos e com relatos frequentes de parasitismo em humanos”*.

QUESTÃO(ÕES)	23
INSCRIÇÃO (ÕES)	404667/421965/412944
CARGO(S)	Médico Veterinário
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	DEFERIDO QUESTÃO ANULADA

A questão será anulada por ter atribuído seu teor vinculado a um diploma legal revogado.

QUESTÃO(ÕES)	26
INSCRIÇÃO (ÕES)	392967
CARGO(S)	Médico Veterinário
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

A etapa 2 sinalizada na questão corresponde à Análises de riscos e não à Avaliação de riscos como informado pelo candidato. As demais especificações podem ser consultadas na norma técnica ABNT NBR ISO 3100 (2009). Mantido o gabarito.

QUESTÃO(ÕES)	31
INSCRIÇÃO (ÕES)	412571
CARGO(S)	Médico Veterinário
REQUERIMENTO (S)	Alterar gabarito para B
DECISÃO	INDEFERIDO

“O controle de roedores é feito, basicamente, aplicando-se iscas ou substâncias tóxicas em suas tocas ou nos ambientes infestados. A esses produtos dá-se o nome de raticidas ou rodenticidas. Atualmente, no Brasil, os únicos rodenticidas permitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) são os anticoagulantes à base de hidroximarina, nas apresentações em forma de pó de contato (usado exclusivamente no interior das tocas), isca



granulada e isca ou bloco impermeável (parafinado ou extrusado). Quando ocorrer o uso de iscas, sejam elas granulada ou impermeável, a técnica de eleição é a iscagem por pulso, que consiste em três aplicações sucessivas de rodenticidas, com intervalo de sete a dez dias entre elas. Em cada aplicação, devem-se oferecer rodenticidas em quantidade e em número de locais suficientes para que todos os roedores da população-alvo tenham acesso. Em geral, aplicam-se diversos pontos de isca, com 20 gramas a 100 gramas de isca em cada um deles. O adequado número de pontos de isca e da quantidade de rodenticidas a ser aplicado depende da dimensão da área e do nível de infestação. A experiência do técnico de controle de roedores norteará a tomada de decisão para a adequada aplicação de rodenticidas, que podem ser utilizados tanto em áreas urbanas, quanto em áreas rurais. Rodenticidas na formulação de pó de contato devem ser aplicados diretamente no interior das tocas de ratazanas, usando-se, para isso, o próprio frasco aplicador em que vem envasado o produto. Nunca se deve aplicar pó de contato em trilhas ou locais de passagem de roedores, com o risco de dispersar o produto e contaminar pessoas e animais não alvo”

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p. Disponível em:

https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf. Acesso em: 05/12/2023. Diante do explanado no texto acima, verifica-se que a afirmação constante no item III está correta. Ressalta-se que a primeira referência fornecida pelo candidato não está acessível e a segunda refere-se ao sítio do Centro de Informação Toxicológica do Rio Grande do Sul, não conferindo amparo legal em diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

QUESTÃO(ÕES)	22
INSCRIÇÃO (ÕES)	394647
CARGO(S)	Nutricionista
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
Aflatoxinas são metabólitos secundários, produzidos por algumas cepas de fungos do gênero <i>Aspergillus</i> , principalmente das espécies <i>A.flavus</i> e <i>A.parasiticus</i> , os quais se desenvolvem naturalmente em produtos alimentícios, como amendoim, milho, feijão, arroz e trigo, entre outros. Ou seja, aflatoxinas são perigos químicos e os fungos <i>Aspergillus</i> são perigo biológico (Oliveira et al., 1997).	

QUESTÃO(ÕES)	29
INSCRIÇÃO (ÕES)	383351
CARGO(S)	Nutricionista
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
De acordo com a diretriz citada pelo candidato, a ingestão de 14 a 20g de fibras por cada 1000 Kcal/dia auxilia no melhor controle glicêmico, portanto, a oferta de fibras citada na questão está dentro da faixa adequada (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2019).	

QUESTÃO(ÕES)	19
INSCRIÇÃO (ÕES)	383430
CARGO(S)	Odontólogo
REQUERIMENTO (S)	Alterar para D
DECISÃO	INDEFERIDO
De acordo com a própria descrição que o candidato fez acima e segundo a própria referência usada pelo autor: “A candidíase por dentadura precisa ser mencionada, pois muitas vezes se classifica como uma forma de candidíase eritematosa, e alguns autores podem usar como sinônimo o termo candidíase atrófica crônica. Essa condição é	



caracterizada por graus variados de eritema, às vezes acompanhado por hemorragia petequiral, localizada nas áreas portadoras de próteses totais ou parciais removíveis” (NEVILLE, 2016).”

A candidíase atrófica tem aspecto eritematoso. No enunciado da questão está claro “Clinicamente foi possível observar placas brancas raspáveis que se despregam...” característica exclusiva da candidíase pseudomembranosa.

QUESTÃO(ÕES)	20
INSCRIÇÃO (ÕES)	412530/399469/382113/413724/408733/382489/396411/416236/396501/395768
CARGO(S)	Odontólogo
REQUERIMENTO (S)	Alterar o gabarito para C/Anular
DECISÃO	DEFERIDO QUESTÃO ANULADA

Considerando que ocorreu erro material na indicação da questão 18 como referência para análise do caso clínico para resposta, fica anulada a questão.

QUESTÃO(ÕES)	22
INSCRIÇÃO (ÕES)	412530/383430
CARGO(S)	Odontólogo
REQUERIMENTO (S)	Alterar para B/Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

Segundo a fonte citada pelo candidato, o Metronidazol é utilizado predominantemente em infecções periodontais. O caso clínico descrito trata-se de um abscesso periapical, logo, a droga de eleição seria a Penicilina, entretanto, como o paciente era alérgico, o profissional deveria trocar a medicação por uma do mesmo grupo, entretanto, com espectro de ação um pouco maior, neste caso os Macrolídeos. Andrade, Eduardo D. Terapêutica medicamentosa em odontologia. Mantido o gabarito.

QUESTÃO(ÕES)	27
INSCRIÇÃO (ÕES)	400927
CARGO(S)	Odontólogo
REQUERIMENTO (S)	Alterar para D
DECISÃO	INDEFERIDO

O candidato pede para alterar o gabarito para a alternativa D. Entretanto, o gabarito divulgado é a alternativa D

QUESTÃO(ÕES)	22
INSCRIÇÃO (ÕES)	392632
CARGO(S)	Psicólogo
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO

O requerente acusa a banca de induzir “o candidato ao erro de interpretação, pois não há 4 diferenças entre a inteligência sensório-motora e a inteligência conceitual”. Entretanto, Dermeval Saviani esclarece que Partindo da biologia, Piaget, respaldado num ‘kantismo evolutivo’ (RAMOZZI-CHAROTTINO, 1984, p. 29-39), desenvolve uma teoria do conhecimento cuja ideia central é a ação como ponto de partida do conhecimento. A inteligência é concebida não como órgão contemplativo, mas como mecanismo operatório. Como Kant, em Piaget o sujeito epistêmico é um sujeito universal que constrói esquemas de apreensão dos objetos ou acontecimentos. Esses esquemas são, fundamentalmente, de dois tipos: sensório-motor e conceitual. Conforme esclarece Zélia Ramozzi-Chiarottino (1984), Piaget estabelece quatro diferenças entre a inteligência sensório-motora e a inteligência conceitual. Por estas diferenças podemos compreender por que a inteligência sensório-motora não chega a se constituir em pensamento lógico. O entendimento de que a fonte de conhecimento não está na percepção, mas na ação, conduz à conclusão de que a inteligência não é um órgão que imprime, que reproduz os dados da sensibilidade, mas que constrói os conhecimentos [...] (SAVIANI, 2019, p. 54).

Ainda segundo este autor, “recordando as quatro diferenças estabelecidas por Piaget entre a inteligência



sensorio-motora e a inteligência conceitual, mencionadas por Ramozzi-Chiarottino (1984), podemos dizer que o nível sensorio-motor predomina”. (SAVIANI, 2019, p. 54). Isto posto, a questão deve ser mantida

Referência:SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações. Campinas, SP: Autores Associados

QUESTÃO(ÕES)	24
INSCRIÇÃO (ÕES)	383098
CARGO(S)	Psicólogo
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>O enunciado da questão apresenta características gerais do TEA. Inexiste mecanismos ou perspectiva cartesiana no âmbito das generalizações conceituais. Se as exceções moldassem os conceitos não seria possível obter explicações científicas da realidade. Daí que a argumentação da interpelante assenta-se em posições que buscam descaracterizar o que engloba, em geral, o TEA. Embora apresente algumas referências nenhuma delas é citada direta ou indiretamente, para que se tenha a possibilidade de realizar um debate fundamentado e rigoroso sobre o assunto. A questão deve ser mantida.</p>	

QUESTÃO(ÕES)	28
INSCRIÇÃO (ÕES)	392632
CARGO(S)	Psicólogo
REQUERIMENTO (S)	Anular
DECISÃO	INDEFERIDO
<p>O requerente solicita a anulação da questão com base em um suposto erro de digitação. Todavia afirmamos que a alternativa correta que apresenta a expressão “Área de desenvolvimento imanente” não possui imprecisão ou erro algum. Lígia Márcia Martins confirma nossa posição: “parciais as leituras que identificam a ‘área de desenvolvimento imanente’ com a participação colaborativa de outra pessoa. Elas afirmam meramente que aquilo que a criança não consegue realizar sozinha poderá fazê-lo com ajuda, vindo a dominar posteriormente a ação em questão – sem adjetivar em que consiste essa ajuda. Vygotski (2001) não defendeu que, do ponto de vista do ensino, a imitação sem mediação ou explicação promova a aprendizagem dos ‘verdadeiros’ conceitos” (MARTINS, 2013, p. 287-288). Diante do exposto, o recurso está indeferido. A questão deve ser mantida.</p>	